

TEORIA GERAL DE DIREITO CIVIL I (2021-22)

TURMA B

PROGRAMA

REGENTE: PROF. DOUTOR JOSÉ ALBERTO VIEIRA

TÍTULO I

AS PESSOAS

1. A pessoa humana defronte do Direito

CAPÍTULO I

O DIREITO DA PERSONALIDADE

SECÇÃO I

DOG MÁTICA GERAL E ÂMBITO

2. A origem histórica

3. A evolução

4. **O objecto. Os direitos de personalidade**

- **A personalidade humana como objecto da tutela.** A realização da pessoa

. A dimensão física ou biológica

. A vida

. A integridade física

. O repouso. O silêncio

- A dimensão ética e social

. O nome

. A honra, o bom nome e a reputação

- A privacidade

.O direito à imagem

.O direito à reserva da vida privada

.As cartas-missivas confidenciais

.Um direito da personalidade ao esquecimento?

- A dimensão familiar e os afectos

- **Coisa e bem**

. **Os bens da personalidade como dimensões autonomizadas da personalidade humana. A CADA UM DELES O SEU DIREITO SUBJECTIVO**

5. A ausência de uma tipicidade taxativa de direitos de personalidade

- **A CLÁUSULA GERAL DO ART. 70.º**

- **O PAPEL CRIADOR DA JURISPRUDÊNCIA**

6. Características dos direitos de personalidade

. **CARÁCTER ABSOLUTO**

. **NATUREZA NÃO PATRIMONIAL**

NEGOCIABILIDADE LIMITADA

. **INERÊNCIA À PESSOA HUMANA:**

- **INTRANSMISSIBILIDADE**

- **IRRENUNCIABILIDADE**

- **IMPRESCRITIBILIDADE**

. **A TENDENCIAL PREVALÊNCIA**

7, Modalidades

JÁ REFERIDO

8. A dispersão do regime jurídico: entre a Constituição (ARTIGOS 24.º A 26), o Direito Penal e o Direito Civil

9. Direitos de personalidade e direitos do homem

10. Direitos fundamentais e direitos de personalidade

11. Direitos de personalidade das pessoas colectivas. Discussão e âmbito

12. A TUTELA CIVIL ART. 70.º, N.º 2

- **RESPONSABILIDADE CIVIL**

- **OUTRAS PROVIDÊNCIAS DE TUTELA**

13. A TUTELA PENAL

OS TIPOS DE CRIME

SECÇÃO II

OS DIREITOS DE PERSONALIDADE EM ESPECIAL

SUBSECÇÃO I

A PROTECÇÃO DA PESSOA FÍSICA

- 12. O direito à vida
- 13. O direito à integridade física
- 14. O direito ao repouso

SUBSECÇÃO II

A PROTECÇÃO DA DIMENSÃO ÉTICA DA PESSOA

- 15. O direito à integridade moral, ao bom nome e à reputação
- 16. O direito ao nome

SUBSECÇÃO III

A PROTECÇÃO DA PRIVACIDADE DA PESSOA

- 17. O direito à imagem
- 18. O direito à reserva da vida privada
- 19. As cartas-missivas confidenciais
- 20. Um direito da personalidade ao esquecimento?

SUBSECÇÃO IV

RELAÇÕES FAMILIARES E AFECTOS COMO OBJECTO DE TUTELA DA PERSONALIDADE?

- 21. O problema em face do art. 496.º do Código Civil. A jurisprudência portuguesa em matéria de responsabilidade civil
- 22. A personalidade na relação de parentesco?
- 23. A quebra da relação de afecto como violação da personalidade?

CAPÍTULO II

AS PESSOAS SINGULARES

SECÇÃO I

A PERSONALIDADE JURÍDICA

- 24. Personalidade jurídica. Conceito
- 25. O início da personalidade. Reconhecimento ou atribuição?

26. A vida pré-natal e a personalidade jurídica. O problema

27. A tutela civil do nascituro

SECÇÃO II

A CAPACIDADE JURÍDICA

28. A capacidade jurídica. Conceito

29. A capacidade de gozo e a capacidade de exercício

30. A menoridade

31. O regime jurídico da menoridade

32. Os maiores acompanhados

33. O regime jurídico dos maiores acompanhados

34. Maioridade e emancipação

SECÇÃO III

O ESTADO DAS PESSOAS

35. O estado civil

36. O registo civil

37. A identidade

38. O domicílio. Noção e regime jurídico

39. Ausência e a morte presumida

SECÇÃO IV

A CESSAÇÃO DA PERSONALIDADE

40. A morte

41. Os efeitos jurídicos da morte

42. A situação especial do cadáver

43. A tutela *post mortem*

CAPÍTULO III
AS PESSOAS COLECTIVAS
SECÇÃO I

- 44. A origem remota no Direito romano
- 45. O desenvolvimento medieval a partir da ideia de *universitas*. A *universitas personarum*
- 46. As concepções de Savigny e da pandectística alemã do século XIX sobre o conceito de personalidade colectiva
- 47. As doutrinas contemporâneas da pessoa colectiva
- 48. Prossecução de escopos colectivos por organizações não personalizadas pelo Direito. Pessoas rudimentares?
- 49. A nossa perspectiva

SECÇÃO II
DOGMÁTICA GERAL

- 50. As fontes portuguesas na matéria
- 51. Classificações de pessoas colectivas. Critérios de classificação
- 52. A formação da pessoa colectiva. O acto de constituição e os estatutos
- 53. A organização da pessoa colectiva. Órgãos e representantes
- 54. Titulares dos órgãos da pessoa colectiva. Deveres e responsabilidade civil
- 55. A capacidade da pessoa colectiva. O denominado princípio da especialidade; crítica
- 56. O funcionamento da pessoa colectiva
- 57. A responsabilidade civil da pessoa colectiva
- 58. A modificação e a extinção

SECÇÃO III
O LEVANTAMENTO DA PERSONALIDADE COLECTIVA

- 59. A ideia original do levantamento da personalidade colectiva
- 60. A evolução posterior
- 61. A doutrina actual do levantamento da personalidade

62. Confronto com o Direito positivo português

CAPÍTULO IV

AS PESSOAS COLECTIVAS EM ESPECIAL

SECÇÃO I

ASSOCIAÇÕES

63. O acto de constituição da associação. A deliberação negocial de constituição

64. Forma do acto de constituição. Os estatutos

65. O associado. Posição jurídica

66. Os órgãos da associação. Competência

67. Funcionamento da associação

68. Modificação e extinção

69. Associações especiais, com e sem personalidade jurídica

SECÇÃO II

FUNDAÇÕES

70. A origem e a evolução das fundações

71. As fontes do Direito das fundações

72. A instituição da fundação. Requisitos legais e estatutos

73. O instituidor

74. O reconhecimento administrativo

75. Os órgãos da fundação. Competência

76. Funcionamento da fundação

77. Modificação e extinção

78. Fundações públicas

SECÇÃO III

SOCIEDADES CIVIS PURAS

79. Da *societas* romana à sociedade civil

80. Sociedades civis puras e sociedades civis com forma comercial

81. O problema da personalidade jurídica da sociedade civil pura. Doutrinas e posição adoptada
82. Contrato constitutivo. Forma
83. O sócio. Posição jurídica
84. Organização da sociedade civil
85. Funcionamento
86. Responsabilidade da sociedade civil pura por dívidas a terceiros. Posição dos sócios
87. Modificação e extinção

TÍTULO II

O OBJECTO

CAPÍTULO V

EVOLUÇÃO HISTÓRICO-DOG MÁTICA DAS COISAS

88. *A res romana. Os corpora e os iura*
89. As coisas nas Ordenações do Reino
90. As coisas na pré-codificação civil portuguesa
91. As coisas no Código Civil de Seabra
92. As coisas no anteprojecto, nas revisões ministeriais e no projecto final
93. A dimensão histórico-cultural do conceito de coisa

CAPÍTULO VI

ENQUADRAMENTO DOG MÁTICO

94. Coisa e objecto
95. Coisa e bem
96. Noção de coisa
97. Coisas e direitos
98. A energia como coisa
99. A informação digital como coisa
100. O domínio público
101. Domínio público e Direito Civil

102. Os baldios

103. Os denominados bens culturais

CAPÍTULO VII

CLASSIFICAÇÕES DE COISAS

104. Coisas corpóreas e incorpóreas

105. As partes de coisa

106. Os imóveis

- a. Prédios rústicos e urbanos
- b. Os limites dos prédios
- c. As águas
- d. Árvores, arbustos e frutos
- e. Direitos inerentes
- f. Partes integrantes

107. Os móveis

108. Coisas fungíveis e infungíveis

109. Coisas consumíveis e não consumíveis

110. Coisas principais e acessórias

111. Coisas presentes e futuras

112. Coisas simples e compostas

113. Frutos

114. Benfeitorias

CAPÍTULO VIII

COMPLEXOS ENVOLVENDO COISAS

115. O património. Noção

116. As teorias sobre o património

117. O conceito de empresa. O seu carácter exterior ao Direito

118. O estabelecimento comercial. Enunciação dos seus elementos

119. O estabelecimento comercial e o conceito normativo de coisa e de objecto

CAPÍTULO IX

OS ANIMAIS

- 120. A perspectiva histórica dos animais como coisas. Do Direito romano à actualidade
- 121. Os animais como *tertium genus*
- 122. Regime jurídico de protecção dos animais

TÍTULO IV

AS SITUAÇÕES JURÍDICAS

CAPÍTULO XIX

DOGMÁTICA GERAL

- 187. Situação jurídica. Noção
- 188. Situação jurídica e relação jurídica. O debate em torno da sistematização do Código Civil
- 189. Classificações
- 190. O direito subjectivo. Noção
- 191. Direito subjectivo e direito potestativo
- 192. Bens ou interesses reflexamente protegidos
- 193. Os poderes
- 194. As expectativas jurídicas
- 195. Os poderes funcionais
- 196. As excepções materiais
- 197. Os deveres
- 198. Os estados de sujeição
- 199. Os ónus
- 200. Os deveres funcionais

CAPÍTULO XX

O EXERCÍCIO DE SITUAÇÕES JURÍDICAS

- 201. O exercício jurídico
- 202. Modalidades
- 203. O sistema do Código Civil
- 204. A titularidade da situação jurídica
- 205. Titularidade e exercício da situação jurídica

CAPÍTULO XXI

A LEGITIMIDADE PARA O EXERCÍCIO

- 206. A legitimidade. Noção
- 207. Modalidades
- 208. Factos legitimadores
- 209. Ausência de legitimidade. Efeitos jurídicos
- 210. Legitimidade e legitimação. Confronto
- 211. Factos legitimadores

CAPÍTULO XXII

A REPRESENTAÇÃO

- 212. Origem histórica e evolução
- 213. Modalidades. As teorias da representação
- 214. Requisitos da representação
- 215. Os efeitos da representação
- 216. A procuração. Forma e outorga
- 217. Os poderes de representação
- 218. Procuração no interesse do procurador e no interesse do representado e de terceiro
- 219. A procuração e o negócio base
- 220. A substituição do procurador
- 221. A cessação da procuração
- 222. A tutela de terceiros. Representação aparente e representação tolerada
- 223. Representação sem poderes
- 224. Abuso de representação.

CAPÍTULO XXIII

O EXERCÍCIO INADMISSÍVEL DE SITUAÇÃO JURÍDICA

- 225. A doutrina do abuso de direito. O ponto de partida nos actos emulativos. A insuficiência
- 226. Coordenadas actuais do instituto O exercício inadmissível e a boa fé

- 227. A tipificação das situações de exercício inadmissível
- 228. *A exceptio doli*
- 229. O *venire contra factum proprium*
- 230. Inalegabilidades formais
- 231. *Supressio e surrectio*
- 232. *Tu quoque*
- 233. O desequilíbrio no exercício
- 234. Tendências jurisprudenciais recentes e construção dogmática do exercício inadmissível de situação jurídica

CAPÍTULO XXIV

A REPERCUSSÃO DO TEMPO NAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

- 258. A relevância jurídica do tempo
- 259. Os prazos. Prazos civis e prazos processuais
- 260. O âmbito dos prazos civis
- 261. O cômputo do prazo. Regras civis
- 262. A prescrição. Noção e eficácia geral
- 263. Invocação e beneficiários da prescrição
- 264. Prazos de prescrição. Modalidades de prescrição
- 265. Prescrição presuntiva
- 266. Interrupção e suspensão da prescrição
- 267. Caducidade. Noção e eficácia geral
- 268. Tipos de caducidade
- 269. Decurso do prazo
- 270. Desnecessidade de invocação
- 271. Prescrição e caducidade. Confronto
- 272. *A suppressio ex bona fide*. Relevância

BIBLIOGRAFIA:

Albuquerque, Pedro de – A Representação Voluntária em Direito Civil, Coimbra (2004)

Almeida, Ferreira Carlos – Texto e Enunciado na Teoria do Negócio Jurídico, I e II, Coimbra (1992)

Ascensão, José de Oliveira – Direito Civil – Teoria Geral, I, 2.ª ed. (2000)

- Direito Civil – Teoria Geral, II, 2.ª ed. (2003)

- Direito Civil – Teoria Geral, III (2002)

- Direito Civil – Reais, 5.ª edição (2000)

Carvalho, Orlando de – Teoria Geral do Direito Civil, Coimbra (2012)

Código Civil Anotado, coordenado por Ana Prata, I, Coimbra (2019)

Comentário Ao Código Civil – Parte Geral, coordenado por José Brandão Proença e Luís Carvalho Fernandes, Lisboa (2014)

Cordeiro, António Menezes – Tratado De Direito Civil, II, Negócio Jurídico, 4.ª ed. (2017)

-Tratado De Direito Civil, III, Coisas, 4.ª ed. (2019)

- Tratado De Direito Civil, IV, As Pessoas, 5.ª ed. (2019)

- Tratado De Direito Civil, V, Exercício Jurídico, 3.ª ed. (2017)

Fernandes, Luís Carvalho - Teoria Geral do Direito Civil, I, 6.ª ed. (2012)

Hörster, Heinrich Ewald/ Silva, Eva Sónia Moreira da - A Parte Geral do Código Civil Português, 2.ª ed. (2019)

Justo, António Santos - Direitos Reais, 6.ª ed. (2019)

- Direito Privado Romano, I, 6.ª ed. (2017)

Leitão, Luís Menezes – Direitos Reais, 8.ª ed. (2019)

Lima, Fernando Andrade Pires de/Varela, João de Matos Antunes, Código Civil Anotado, I, 4.ª ed. (1987)

Marques, José Dias – Noções Elementares de Direito Civil, 2.ª ed. (1992) (com a colaboração de Paulo de Almeida)

Mendes, João De Castro - Teoria Geral Do Direito Civil, I, 1978 (reimpressão 1998)

- Teoria Geral Do Direito Civil, II, 1979

Pinto, Carlos Alberto Mota - Teoria Geral do Direito Civil, 4.ª ed. (2012) (com a colaboração de António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto)

Pinto, Paulo Mota – Declaração Tácita e Comportamento Concludente no Negócio Jurídico, Coimbra (1995)

Sousa, R. Capelo de – Teoria Geral do Direito Civil, Coimbra (2003)

José Alberto González – Código Civil Anotado, I (Parte Geral), 2.ª ed. (2019)

Vieira, José Alberto – Negócio Jurídico, Coimbra (2006)

- Direitos Reais, 3.ª ed. (2020)

Vasconcelos, Pedro Pais de - Teoria Geral do Direito Civil, 9.ª ed. (2019)